

# **ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES DA CEESA - CONSTRUTORA DE ESTRADAS E ESTRUTURAS S.A.**

(1) como Emitente, CEESA - Construtora de Estradas e Estruturas S.A., com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Alentejo nº 1.255 - inscrita no CGC/MF sob o nº 17.158.536/0001-32, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social; e

(2) como Agente Fiduciário, ABÍLIO MACHADO NETO, brasileiro, separado judicialmente, advogado e administrador de empresas, inscrito na OAB/MG sob o nº 44.068 e no CPF/MF sob o nº 201.482.756-72, portador da carteira de identidade nº M- 744911- SSPMG, residente e domiciliado na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, à Rua Sinval de Sá, 639, nomeado nesta escritura e nela interveniente, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto desta escritura;

vêm celebrar a presente Escritura de Emissão de Debêntures, conforme as seguintes cláusulas, condições e características:

## **I - DO REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**

A presente emissão de debêntures será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, doravante designada CVM, na forma das Leis nº 6.385 de 07.12.76 e nº 6.404 de 15.12.76, e demais disposições legais e regulamentares que se fizerem pertinentes à matéria.

## **II - DOS REQUISITOS DE ARQUIVAMENTO E REGISTRO**

### **1) Arquivamento da Ata da Assembléia Geral Extraordinária**

As atas das Assembléias Gerais Extraordinárias que deliberaram sobre a presente emissão de debêntures serão arquivadas na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais e publicadas no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.

### **2) Registro de Escritura**

Esta escritura de emissão será registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

## **III - DELIBERAÇÃO**

A presente escritura é celebrada com base na autorização deliberada nas Assembléias Gerais Extraordinárias da Emitente realizadas 24 de setembro de 1993, 27 de setembro de 1993 e 02 de dezembro de 1993, bem como na Reunião do Conselho de administração realizada em 24 de setembro de 1993.



#### IV - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

A presente emissão de debêntures observará as seguintes características:

1. Valor Total da Emissão - CR\$ 1.205.000.000,00 (hum bilhão, duzentos e cinco milhões de cruzeiros reais) na data da emissão.

2. Quantidade de Títulos e Valor Nominal Unitário - Serão emitidas 1.000 (mil) debêntures simples (Debêntures), com valor nominal unitário de CR\$ 1.205.000,00 (hum milhão, duzentos e cinco mil cruzeiros reais) na data da emissão.

3. Série - Única.

4. Forma - As Debêntures serão nominativas, sem a emissão de cautela.

5. Espécie - As Debêntures serão da espécie com garantia flutuante.

6. Data de Emissão - Para todos os efeitos legais a data de emissão das Debêntures é o dia 24/09/1993.

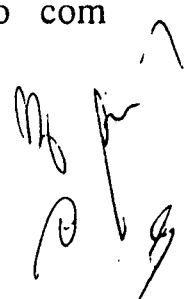
7. Data de Vencimento - As Debêntures vencerão em 24/09/1996.

8. Remuneração das Debêntures-

8.1 Atualização Monetária -As Debêntures terão o seu valor nominal atualizado monetariamente pela variação acumulada do IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado), calculado pelo IBRE/FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro) e o produto da atualização agregar-se-á ao valor nominal para fins de cálculo do valor pecuniário de qualquer obrigação. A apuração do montante das obrigações que se devam liquidar em datas intermediárias, ou seja, cujo vencimento não ocorra no primeiro dia de cada mês, será efetuada mediante a aplicação da variação "pro rata temporis" do IGPM do mês anterior. Caso o IGPM venha a ser extinto, ou por superveniência de normas legais ou regulamentares não puder ser utilizado como índice de reajuste nas emissões de debêntures, ou ainda, caso se alterem os critérios de sua aplicabilidade nas referidas emissões, os novos índices de reajuste monetário ou alterações nos critérios de aplicação do IGPM serão automaticamente aplicáveis à presente emissão.

8.2 Juros - As Debêntures farão jus a juros fixos (Juros), sendo a taxa, a duração dos períodos de incidência e as datas de pagamentos, determinadas pelo Conselho de Administração da Emissora, com antecedência de até 10 (dez) dias do final do período que estiver em curso, e publicados 3 (três) vezes nos jornais onde são feitas habitualmente as publicações da companhia. Para o primeiro período de incidência de Juros, de quinze meses, de 24/09/1993 a 26/12/1994, as Debêntures farão jus à remuneração de 12% (doze por cento) ao ano, pagáveis em 26/12/1994.

8.3 Prêmio - A Emissora, através de seu Conselho de Administração, poderá estabelecer um prêmio a ser pago às Debêntures ao final de cada período de incidência de Juros. O Prêmio poderá ser fixado com



antecedência de até 10 (dez) dias do final do período que estiver em curso e será publicado juntamente com as informações de que trata o item 8.2. Para o primeiro período de incidência de Juros, de 24/09/1993 a 26/12/1994, as Debêntures farão jus ao Prêmio de 6% (seis por cento) ao ano, ou a diferença positiva, entre TIGPM e TANBID + spread de 2% ao ano, conforme abaixo definidas. Será adotado o maior dentre os dois parâmetros e o Prêmio será pago em 26/12/1994.

$$TIGPM = [(IGPM_E/IGPM_{E-1})^{6/30} \times (IGPM_{V-1}/IGPM_E) \times (IGPM_{V-1}/IGPM_{V-2})^{26/30} \times \dots \times (1 + SIGPM/100)^{456/365} - 1] \times 100$$

TIGPM = taxa conforme a variação do IGPM.

IGPM<sub>E</sub> = IGPM (em nº índice) em setembro de 1993.

IGPM<sub>E-1</sub> = IGPM (em nº índice) de agosto de 1993.

IGPM<sub>V-1</sub> = IGPM (em nº índice) de novembro de 1994.

IGPM<sub>V-2</sub> = IGPM (em nº índice) de outubro de 1994.

SIGPM = spread sobre o IGPM (taxa ao ano) = 18% ao ano (12% de Juros + 6% de Prêmio)

$$TANBID = (1 + T_{j1}/100) \times (1 + T_{j2}/100) \times \dots \times (1 + T_{jn}/100)$$

TANBID = taxa conforme a variação da ANBID.

T<sub>jn</sub> = taxa ANBID do enésimo subperíodo de incidência, sendo que T<sub>jn</sub> será apurada de acordo com a seguinte fórmula:

$$T_{jn} = \{[(1 + T_{an}/100) \times (1 + S/100)^{dn/360}] - 1\} \times 100$$

onde:

S = spread no período, de 2% ao ano.

T<sub>an</sub> = taxa de juros pré fixada, expressa em percentagem para o período de 360 dias, referente ao enésimo "subperíodo de incidência de juros ANBID" utilizada para remunerar depósitos a prazo, praticada no mercado financeiro. Essa taxa será obtida no primeiro dia útil do "subperíodo de incidência de juros ANBID", a partir de 24/09/1993, de acordo com a divulgação da ANBID.

dn = número de dias do enésimo "subperíodo de incidência de juros ANBID", idêntico ao dos depósitos a prazo que apresentarem maior volume de captação em relação à captação total do mercado na data de amostragem. Caso o último "subperíodo de incidência" tenha duração inferior a dos depósitos cujas taxas foram objeto de amostragem, o número "dn" será determinado pela quantidade de dias existentes entre o final do "subperíodo de incidência da taxa ANBID" imediatamente anterior e a data da próxima repactuação dos juros.

09. Locais, Datas de Pagamento do Valor Nominal, Juros e Prêmio - O valor nominal das Debêntures, os Juros e o Prêmio devidos serão pagos nas datas estabelecidas para os seus respectivos vencimentos, utilizando-se os procedimentos adotados pelo CETIP, ou em instituições financeiras que vierem a ser oportunamente indicadas pela Emissora, com a aprovação do Agente Fiduciário.

10. Caso não haja expediente comercial ou bancário na data do vencimento no local onde o pagamento de qualquer obrigação deva ser efetuado, o respectivo prazo será prorrogado para o primeiro dia útil imediatamente subsequente, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

11. Juros Moratórios - Serão devidos à taxa de 1% (um por cento) ao mês, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, no caso de impontualidade da Emissora no pagamento de quaisquer valores devidos.

12. Vencimento Final - Por ocasião do vencimento final a Emissora obriga-se a proceder à liquidação das Debêntures ainda em circulação, pelo seu valor nominal atualizado monetariamente e acrescido dos Juros e Prêmio, se houver.

13. Decadência do Direito aos Acréscimos - As Debêntures, após o vencimento final, não vencerão Juros, nem serão objeto de atualização monetária, ressalvado o disposto no item 12, assegurados os direitos adquiridos até a referida data.

14. Aquisição Obrigatória pela Emissora - A Emissora obriga-se a adquirir dos Debenturistas que não concordarem com as condições remuneratórias fixadas, as Debêntures que os mesmos lhe oferecerem por ocasião das datas correspondentes ao início de cada período de incidência de Juros. O preço de aquisição corresponderá ao valor nominal da Debênture, atualizado monetariamente pelo número de dias decorridos após o pagamento dos Juros e do Prêmio devido. Para os fins de validade desta cláusula, os debenturistas deverão apresentar carta protocolizada com antecedência de 05 (cinco) dias da data do início do novo período de incidência de Juros. O local e a data de pagamento serão publicados juntamente com as informações de que trata o item 8.2, e esta data não poderá exceder o prazo de 10 (dez) dias contados do início do período de incidência de Juros. As Debêntures adquiridas na forma desta cláusula (aquisição obrigatória) poderão a qualquer tempo ser mantidas em carteira ou vendidas a terceiros.

15. Aquisição Facultativa - A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação no mercado, por preço não superior ao valor nominal atualizado monetariamente e acrescido de Juros e Prêmio, "pro rata temporis", se devidos. A Emissora deverá comunicar aos debenturistas com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data marcada para a aquisição, o volume das Debêntures que pretende resgatar, marcando dia e hora do sorteio em caso de resgate parcial dos títulos em circulação.

16. Negociação - A emissão será registrada para negociação no mercado secundário através do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizada pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos.

19. Da Publicação na Imprensa - Todos os atos e decisões decorrentes da emissão que, de qualquer forma, envolvam o interesse dos debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados, na forma de avisos, em prazos



tais que permitam aos debenturistas o adequado acompanhamento das ocorrências na vida das Debêntures.

20. Garantia - As Debêntures serão da espécie com garantia flutuante, sendo assegurada à emissão privilégio geral sobre o ativo da Emissora, sem impedir a negociação dos bens que compõem o seu ativo.

## V - SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO

As Debêntures serão subscritas até 180 (cento e oitenta) dias a partir da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 02 de dezembro de 1993 e serão integralizadas à vista, em dinheiro, pelo seu valor nominal atualizado, acrescido dos Juros e do Prêmio por dias decorridos entre a data de emissão e a data de integralização.

## VI - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

A EMISSORA está adicionalmente obrigada a:

1. Fornecer ao Agente Fiduciário:

a) dentro de no máximo 120 (cento e vinte) dias após o término de cada exercício social, demonstrativos financeiros completos relativos a esse exercício social;

b) imediatamente, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada;

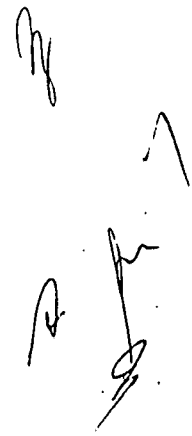
c) as informações pertinentes à Instrução CVM nº 60/87 e nº 73/87, com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;

2. Não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento dos juros, principal e/ou prêmio, das Debêntures objeto desta escritura;

3. Submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;

4. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM e fornecer aos seus acionistas e debenturistas as Demonstrações Financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76, quando solicitado;

5. Manter em adequado funcionamento um departamento para atender de forma eficiente aos debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para prestação desse serviço.



## VII - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da emissão objeto da presente escritura, o Sr. ABILIO MACHADO NETO, acima qualificado, o qual neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei, das normas expedidas pela CVM e desta escritura, representar a comunhão dos titulares das Debêntures perante à Emissora.

1. Remuneração - O Agente Fiduciário receberá, á título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta escritura, a quantia de CR\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil cruzeiros reais), atualizada monetariamente pelo índice de que trata a cláusula IV-8.1, pagável mensalmente, a partir desta data, até o dia 5 (cinco) do mês seguinte ao qual se referir cada pagamento.

2. Substituição - Nas hipóteses de ausência ou impedimento temporário, renúncia, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, a assembléia dos debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá a Emissora efetua-la sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo Agente Fiduciário.

2.1. É facultado aos debenturistas, a qualquer tempo, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembléia especialmente convocada para esse fim, mediante a aprovação de debenturistas representando a totalidade dos títulos em circulação.

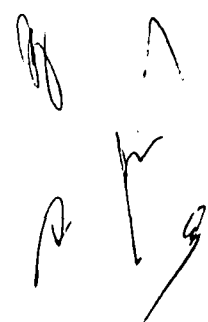
2.2. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita a comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º, da Instrução CVM nº 28, de 23.11.83 e eventuais normas posteriores.

2.3. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, devendo o mesmo ser averbado no registro de Imóveis no qual foi registrada a mesma Escritura.

2.4. O Agente Fiduciário permanecerá no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

2.5. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito baixados por ato da CVM.

3. Deveres do Agente Fiduciário - Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:



a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;

b) renunciar à função, em hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais documentos relacionados ao exercício de suas funções, recebidos da Emissora;

d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas na Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

e) promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro da Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;

f) contratar auditoria permanente, às expensas da Emissora, de empresa especializada registrada na Comissão de Valores Mobiliários, referente todo o processo de cessão de direitos creditórios e sua realização pela Emissora, caso a mesma não o faça;

g) acompanhar a observância da periodicidade na prestação, pela Emissora, das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

h) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas das modificações nas condições das Debêntures;

i) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos Distribuidores Cíveis, das Varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento e órgão da Fazenda Pública onde se localiza a sede da Emissora;

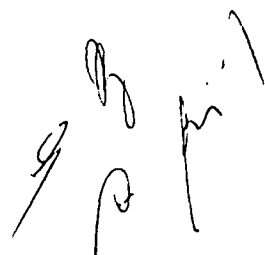
j) solicitar de forma fundamentada, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;

k) convocar, quando necessário, a assembléia de debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;

l) comparecer à assembléia dos debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas.

m) elaborar relatório anual destinado aos debenturistas, com as informações previstas na Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ainda, as seguintes informações:

m.1.) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou ainda, o

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

m.2.) alterações estatutárias ocorridas no período;

m.3.) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura da capital da Emissora;

m.4.) posição da distribuição ou colocação da Debêntures no mercado;

m.5.) cumprimento de outras obrigações assumidas por ela Emissora neste instrumento;

m.6.) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;

m.7.) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora, nos termos do inciso XVII, alínea "g" do artigo 12 da Instrução CVM nº 28/83;

n) colocar o relatório anual à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, respectivamente, ao menos nos seguintes locais:

n.1) na sede da Emissora;

n.2) no escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;

n.3.) na CVM;

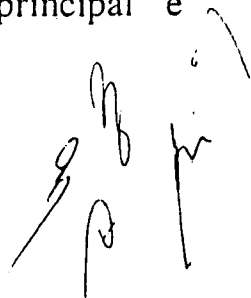
n.4.) nas instituições que lideraram a colocação das Debêntures;

o) verificar a regularidade da constituição da garantia das Debêntures, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade nos termos do inciso IX, alínea "g" do artigo 12 da Instrução CVM nº 28/83;

p) intimar a Emissora a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação, nos termos do inciso XI, alínea "g" do artigo 12 da Instrução CVM nº 28/83;

4. Atribuições do Agente Fiduciário - O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora, devendo ainda:

a) declarar, observadas as condições desta emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures, e cobrar seu principal e acessórios;





b) executar garantias, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos debenturistas titulares de debêntures.

5. Despesas do Agente Fiduciário - A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos debenturistas, ou para realizar seus créditos.

5.1. O ressarcimento será efetuado imediatamente após a entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos portadores dos títulos.

5.2. As despesas a que se refere este sub-item compreenderão, inclusive, as seguintes:

a) publicação de relatórios;

b) extração de certidões;

c) locomoções e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;

d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrer omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas;

5.3. O crédito do Agente Fiduciário, por despesas feitas para proteger direitos e interesses ou para realizar créditos dos debenturistas que não tenham sido saldados será acrescido à dívida da Emissora e gozará das demais garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

## VIII - DO VENCIMENTO ANTECIPADO

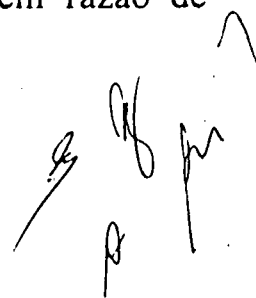
O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas e pagáveis todas as obrigações oriundas da presente Emissão com relação às respectivas Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do valor nominal das mesmas Debêntures, acrescido de atualização monetária, juros e prêmio, se houver, na ocorrência das seguintes hipóteses:

a) decretação da falência ou impetração de concordata preventiva pela Emissora;

b) em caso de declaração judicial, administrativa ou por decisão judicial, da dissolução da Emissora e/ou de sua liquidação;

## IX - DA RENÚNCIA

Não se presume renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente emissão. Desta forma, nenhum atraso ou omissão no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos debenturistas em razão de

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, não constituindo novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

## X - DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

Os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia especial a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

1. A assembléia dos debenturistas poderá ser convocada pela Emissora, pelo Agente Fiduciário ou por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação.
2. Aplica-se à assembléia de debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76, sobre a assembléia geral de acionistas.
3. A assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.
4. As deliberações serão tomadas por debenturistas que representem 2/3 (dois terços), no mínimo, das Debêntures em circulação, com relação a qualquer dos assuntos aqui previstos que exija aprovação dos debenturistas.

## XI - DESPESAS

Correrão por conta da Emissora todos os custos com o registro dos atos necessários para a colocação da presente emissão, tais como a escritura de emissão, ata da assembléia geral extraordinária, bem como os custos com a publicidade desta última na forma legal.

## XII - AVISOS E PUBLICAÇÕES LEGAIS

Publicações Legais - Todas as informações e comunicações de caráter geral aos Debenturistas, assim como qualquer publicação legalmente exigida deverão ser feitas no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e em outro jornal à escolha da Emissora.

## XIII - DIVISÃO

Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

#### XIV- PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

A colocação das Debêntures será efetuada no mercado de balcão, sendo adotado o procedimento diferenciado nos termos do art. 33, da Instrução CVM nº 13 de 13/09/80. Nesse sentido, a instituição líder não utilizará qualquer sistemática de reservas prévias, colocando as debêntures sem fixação de quantidade pré-estabelecidas ou pré-determinadas para subscrição. Os títulos serão subscritos e integralizados por aqueles que se apresentarem com esse objetivo, no escritório da instituição líder a partir da data da publicação do anúncio de início de distribuição.

#### XV - FORO

O Foro da presente Escritura será o da Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura.

E, por estarem justos e contratados, assinam a presente em 03 (três) vias de igual teor e forma e para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas que também a assinam.

Belo Horizonte, 02 de dezembro de 1993

CEESA - Construtora de Estradas e Estruturas S.A.

ABÍLIO MACHADO NETO

Testemunhas:

REGISTRO DE IMÓVEIS - 6.º OFÍCIO  
BELO HORIZONTE

Apresentação nº 103416 Livro 1 R. Fls. 260

Registro nº 1.619 Livro 3-F Fls. 196

Belo Horizonte, 15 de dezembro de 1993

OFICIAL



CARTÓRIO DUTRA	
TABULAR VIGENTE	
AV. AFONSO P.	
RECONHEÇO A FIM	
Ass(5) <i>indicada</i>	
BELO HORIZONTE, 10 DE dez 1993	
EM TESTEMUNHO, DA VERDADE	
SUBSTITUTOS:	
ADRIANO GALDELLAS DE LUIZ	
MÔNICA DE QUEIRÓZ ALVES	